

A psicologia política e o uso da categoria “representações sociais” na pesquisa do comportamento político

Louise A. Lhullier

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LHULLIER, LA. A psicologia política e o uso da categoria “representações sociais” na pesquisa do comportamento político. In ZANELLA, AV., *et al.*, org. *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 110-120. ISBN: 978-85-99662-87-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A psicologia política e o uso da categoria “representações sociais” na pesquisa do comportamento político

Louise A. Lhullier *

Muito antes da constituição da Psicologia Política, o comportamento político já vinha sendo investigado pela Psicologia. Há mais de um século, em 1895, Gustave Le Bon abordava a temática das “massas eleitorais” (*foules électoraes*), em seu livro “*Psychologie des Foules*”. Mais tarde, em outra de suas obras, “*Les Opinions et les Croyances*” (1919), dedicava todo um capítulo à discussão da influência de livros e jornais na formação da opinião pública.

Embora a Psicologia Política ainda seja muito pouco conhecida no Brasil, não é nosso objetivo, neste texto, resgatar a sua história, mas apenas delinear alguns referenciais para a reflexão aqui proposta. Para um panorama mais completo, o leitor interessado pode se remeter a Deutsch (1983), Montero (1986), Ponte de Souza (1994), Penna (1995) e Ardila (1996). No seu conjunto, esses autores oferecem elementos de informação suficientes para situar a disciplina, tanto do ponto de vista de sua relevância enquanto perspectiva teórico-metodológica, quanto de seu significado político, especialmente na América Latina. Entretanto, é necessário assinalar algumas diferenças de abordagem entre eles.

Ponte de Souza¹ caracteriza a Psicologia Política, inicialmente, como uma abordagem que rejeita a ideia de psicologia como ciência independente. Ao contrário, propõe “o psicológico como um ângulo para se analisar criticamente – sem perda da totalidade e sem dualismos ontológicos e epistemológicos – o comportamento político.” Para esse autor, a Psicologia Política

só tem sentido enquanto uma *reconstrução de classe*, definida historicamente nos limites de uma situação social, onde se fundamenta a razão psicológica dos fenômenos sociais (p.40, grifo do autor).

* Professora e coordenadora do Laboratório de Estudos de Comportamento Político LABCOMP – do Departamento de Psicologia da UFSC, pesquisadora do CNPq, Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP.

¹ SOUZA, Fernando Ponte de. op.cit., p.39-44

Penna (1995) traça um panorama do “conceito e evolução da Psicologia Política” que abrange a compreensão marxista proposta por Ponte de Souza, quando define o objetivo da disciplina como

o estudo das estruturas sociais visando ou ao seu aprimoramento através de modificações progressivas, ou à sua reformulação radical, sempre se objetivando o bem-estar coletivo (p.21).

A psicologia politicamente engajada na transformação das condições sociais se identifica com a tradição de pensamento da “teoria social crítica” da Escola de Frankfurt, que rejeitou a pretensão de neutralidade das ciências sociais e defendeu o seu compromisso ativo com a sociedade, que se traduziria num trabalho a serviço da solução dos problemas sociais e, notadamente, da construção de uma sociedade igualitária.

Ao contrário daquele autor, no entanto, Penna reconhece – embora a critique – outra abordagem da Psicologia Política, que se insere na tradição da “teoria social tradicional” e tem como eixo teórico-metodológico as concepções positivistas. Entre seus expoentes mais conhecidos estão Hans J. Eysenck, Morton Deutsch e David O. Sears, embora estes dois últimos não se identifiquem tão completamente com a postura do primeiro, que se atém de forma acrítica ao paradigma das ciências físico-naturais.

Deutsch, por exemplo, reconheceu que

a firme acentuação nos processos psicológicos como determinantes dos processos políticos na psicologia política norte-americana conduziu a um relativo abandono o estudo da influência dos processos políticos sobre os processos psicológicos (apud Penna, 1995, p.27).

A limitação dessa abordagem não se restringe, contudo, à desconsideração da “influência dos processos políticos sobre os processos psicológicos”, nem à precedência dos processos psicológicos sobre os políticos. O equívoco fundamental é a dicotomia entre psicológico e político. A incapacidade de compreender que tais categorias são apenas construções teóricas, instrumentos de trabalho do pesquisador, faz com que a perspectiva psicológica ou política – sob a qual se olha um fenômeno seja confundida com o fenômeno “em si”. A atribuição do adjetivo “psicológico” ou “político” depende de um trabalho de interpretação e classificação posterior,

que implica na focalização e na abstração de determinados aspectos de uma realidade, de tal forma que seja possível estudá-la sob um certo prisma.

Portanto, considerar a “influência dos processos políticos sobre os processos psicológicos”, é uma falsa solução, já que supõe apenas uma inversão de hierarquia. Ao manter uma ordenação dos processos que não corresponde ao que acontece na realidade, comete um erro equivalente ao apontado por Deutsch referente à “acentuação dos processos psicológicos como determinantes dos processos políticos” (op.cit.).

No entanto, essa limitação não se encontra apenas na abordagem tradicional. A contribuição de maior impacto de expoentes da Escola de Frankfurt e da teoria social crítica² à Psicologia Política – “The Authoritarian Personality” (Adorno, Frenkel-Brunswick, Levinson, Sanford, 1950/65) – também não chegou a ultrapassar essa visão do sócio-político “fora” – a ideologia – e do psicológico “dentro” – a personalidade – do indivíduo.

O movimento atual da Psicologia Política “crítica” não pretende negar as contribuições da Psicologia “tradicional” nem acolher indiscriminadamente as que se auto-intitulam “críticas”. Orienta-se para a construção de uma abordagem integrada – uma perspectiva psicopolítica –, que rejeita a possibilidade da “neutralidade científica” e busca a explicitação de seus vínculos e compromissos com determinadas visões do mundo, da sociedade, da pessoa e das relações entre essas instâncias.

Na década de 70, no âmbito da Psicologia Social francesa, surgiu a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1984, 1986). Para muitos psicólogos sociais ela tem representado a possibilidade mais promissora de superação do pensamento dicotômico indivíduo e sociedade – ou psicológico e social – permitindo a construção de “uma psicologia social mais socialmente orientada” (Sá, 1993).

Para a Psicologia Política, a Teoria das Representações Sociais amplia horizontes, pois permite pensar atitudes, opiniões, valores e crenças – categorias tradicionais nessa disciplina – como dimensões de uma rede de elementos cognitivos e afetivos que constituem “teorias práticas”

² Max Horkheimer teve participação ativa e decisiva na concepção do projeto, na associação de Adorno aos demais pesquisadores e, segundo consta, na obtenção de financiamento.

socialmente compartilhadas e construídas sobre a realidade, ou seja, representações sociais. Elas funcionam como “pano-de-fundo” não apenas para pensar o cotidiano, mas para orientar decisões face às questões que ele coloca a todos nós, inclusive as de natureza política.

Um exemplo das consequências mais imediatas do uso da categoria “representação social” (RS) nos estudos sobre comportamento político seria a possibilidade de uma interpretação diferenciada dos resultados das pesquisas de opinião e atitudinais. As respostas dos informantes passariam a ser interpretadas para além das opiniões e atitudes, como indícios para a exploração de dimensões das “teorias práticas” sobre a realidade que fundamentam o seu comportamento político, socialmente compartilhadas, a serem reconstruídas no plano da pesquisa.

No entanto, é bom lembrar, que a leitura e interpretação desses resultados poderia ser feita tanto da perspectiva crítica quanto da tradicional. A adoção do referencial teórico-metodológico proposto por Moscovici não assegura uma visão crítica. Para concretizá-la, é fundamental uma abordagem sócio-histórica do problema, em todas as etapas da pesquisa.

Para ilustrar essas colocações, cabe a referência a uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos de Comportamento Político – LABCOMP – da Universidade Federal de Santa Catarina, por ocasião da última eleição presidencial, em parceria com o prof. Antônio Ribeiro de Almeida.³

A pesquisa

Quando decidimos realizar a pesquisa estava claro que a disputa pela Presidência se daria entre Fernando Henrique Cardoso – FHC –, e o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio LULA da Silva.

Em uma das frentes de coleta de dados, a pesquisa levantou – quantitativamente – os espaços dedicados a FHC e LULA pelo jornal local de

³ Ao prof. Ribeiro, da Universidade Federal de Uberlândia, devemos não apenas o projeto original da pesquisa, como o incentivo para o posterior desenvolvimento do trabalho e as referências aos trabalhos de Le Bon que citamos no início deste.

maior circulação⁴ – texto e fotos –, classificando as referências discursivas em positivas, negativas e neutras, no período entre 1º de setembro e 2 de outubro de 1994.

Os critérios para estabelecer o que seria positivo, negativo ou neutro foram construídos a partir dos resultados de uma pesquisa de opinião⁵ sobre preferência e rejeição aos candidatos entre os leitores do mesmo jornal. Foram consideradas negativas as referências que coincidiam com as justificativas de rejeição, positivas aquelas correspondentes aos motivos de preferência e neutras as que não se enquadravam em nenhuma das possibilidades anteriores.

A outra fonte de dados foram justamente as entrevistas da pesquisa de opinião acima mencionada.

Foi verificado que os motivos (os “por quês”) mais frequentemente alegados pelos eleitores/leitores em relação a FHC e LULA correspondiam, em grande parte, às imagens dos dois candidatos veiculadas através do jornal. De posse dos dados coletados nas duas fontes – jornal e leitores – foi possível resgatar, mediante análise qualitativa do material, diversos elementos da representação social de ambos junto a esse segmento do eleitorado de Florianópolis.

⁴ Na última década houve uma grande transformação do jornalismo catarinense, com a criação de um diário com penetração estadual (o primeiro a alcançar essa abrangência), que rapidamente suplantou a circulação dos jornais tradicionais. Esse jornal tem uma tiragem muito superior à dos seus principais concorrentes, circulando entre todas as faixas etárias do eleitorado. Um *survey* anterior, realizado pelo Instituto Ethos de Pesquisa Aplicada em setembro de 1994, revelou que cerca de 70% do eleitorado da cidade de Florianópolis o lia pelo menos uma vez por semana. Sua grande popularidade era atribuída, principalmente, ao fato de ser um jornal “moderno”.

⁵ Realizada na mesma época junto a uma amostra de 400 eleitores de Florianópolis, predominantemente de classe média e média baixa, utilizando um questionário aplicado em dez pontos de grande fluxo populacional dos diversos segmentos sócio-econômicos e demográficos da cidade. Perguntamos aos entrevistados, através de questões “abertas”, sobre os “por quês” de suas preferências e rejeições aos candidatos à Presidência da República, bem como sobre seus hábitos em termos de leitura de jornais. Identificados e separados os leitores do jornal em pauta – os que tinham o hábito de lê-lo pelo menos duas vezes por semana –, procedemos à compilação e ordenamento dos “por quês” relativos a cada um dos candidatos.

As razões alegadas tanto para a preferência quanto para a rejeição de LULA revelaram uma representação social do candidato fortemente marcada por expectativas de mudança, pelo caráter ideológico das forças políticas que representava (ou do partido que ajudou a fundar) e por sua história pessoal.

Quem afirmava que iria votar em LULA desejava e apostava na mudança e/ou no projeto político ao qual está vinculado. Dos cento e dez entrevistados que preferiam o candidato do PT e que responderam à questão sobre os “por quês”, trinta e nove explicitaram seu desejo de “mudar”. Vinte e seis alegaram questões político-partidárias e/ou ideológicas (“projeto de esquerda”, “propostas socialistas”, p.ex.), expressando sua afinidade com o projeto político (transformador) ao qual está vinculado. Seguiram-se as respostas referentes à sua história pessoal, às suas raízes populares, à sua condição de “trabalhador”, de “pessoa do povo” ou que “veio da pobreza”, por exemplo, e apenas expressivas (“gosto dele”, “simpatizo”, “é bom”, etc.).

Os que rejeitaram LULA o fizeram principalmente pelo seu perfil ideológico e o das forças que o apoiaram, representados com uma carga afetiva negativa vinculada às ideias de “comunismo”, “radicalismo”, “sindicalismo”, “grevismo”, “bagunça”, “desordem”, associadas explicitamente ou não ao repúdio à CUT e ao PT. Em segundo lugar, aparecem os argumentos de desqualificação intelectual: “falta de” instrução, cultura, competência para governar e similares, e de uma pretensa “inadequação para o cargo ,em linhas gerais.⁶

Tanto para os que o preferiam, quanto para os que o rejeitavam, LULA era o candidato que viria para “mudar tudo” e essa seria a sua prioridade. Essa mudança estava fortemente associada a expectativas (justificadas ou não, positivas ou negativas) de alterações relativas ao direito de propriedade, especialmente da terra e da moradia.

Todos trabalhavam com os mesmos dados “objetivos”, ou seja, com elementos de informação muito semelhantes sobre o candidato – sobre as ideias que defende, sua história, sua inserção em termos de classe

⁶ Surpreendentemente para os pesquisadores, apenas três pessoas apontaram como causa de sua rejeição a LULA a ideia de que este “acabaria com o plano”. Em outras palavras, não destacou-se no discurso dos florianopolitanos a imagem de LULA como o “anti-Real”, embora diversas análises tenham sugerido que sua derrota para FHC se deveu principalmente a suas críticas ao plano econômico.

socioeconômica, etc. A principal distinção entre os dois agrupamentos era o quadro valorativo/afetivo a partir do qual avaliavam o candidato: o que para uns era positivo, para outros era negativo... A partir desses componentes – positivos ou negativos – os respondentes “coloriam” suas histórias com acréscimos que, aí sim, não encontravam respaldo nos dados objetivos como, por exemplo, a versão de um entrevistado que afirmou ao entrevistador que os que tinham casa própria seriam obrigados a dividi-la com “sem-teto”, no caso de uma vitória de LULA.

Pode-se dizer, portanto, que esse segmento do eleitorado florianopolitano tinha uma representação social de LULA, uma “teoria prática” que não apenas estabelecia um patamar comum sobre o qual se desenvolvia a comunicação (os debates e trocas de ideias sobre o candidato), mas que fornecia os argumentos pró e contra a candidatura.

Em contra partida, como seria de esperar, a maioria das justificativas de preferência por FHC estava vinculada à aprovação e desejo de continuidade do plano econômico que reduzira drasticamente a inflação no país e cuja paternidade ele assumira, como Ministro da Fazenda, o Plano Real. A intenção de voto em FHC também foi justificada por um grande número de entrevistados com base em argumentos de qualificação intelectual quanto a sua instrução, cultura, competência e/ou adequação para o cargo. Embora esse tipo de justificativa tenha sido secundária em relação ao Plano Real, constituiu uma dimensão importante para uma parcela significativa do eleitorado de FHC (assim como dos que rejeitaram LULA).

FHC foi rejeitado principalmente por quem não aprovou ou desconfiou do Plano Real em si ou do candidato e suas intenções, identificando-o como um “segundo Collor”, “outro Fernando”, “candidato das elites”, “representante dos interesses dos poderosos” e similares. A referência explícita a determinadas alianças e/ou apoios da candidatura apareceu, também, com uma incidência um pouco menor (PFL, Rede Globo, etc.).

Poder-se-ia dizer, numa primeira leitura, que, assim como LULA foi o candidato da mudança, FHC foi o da continuidade. Mas isso seria uma interpretação muito simplista. Os eleitores de FHC acreditavam que a mudança que desejavam já começara a acontecer, com o Plano Real. A continuidade, para eles, significava dar prosseguimento a uma mudança em curso. A credibilidade do plano econômico, por outro lado, era reforçada

pela representação do candidato como alguém “preparado”, “competente”, “culto”, “educado”, enfim, “potente” para mudar o país. Para os entrevistados, a mudança, neste caso, estava mais fortemente associada à “derrota do dragão da inflação”, à possibilidade de melhorar as próprias condições econômicas (do entrevistado). Não se tratava, como no caso de LULA, de expectativas de transformação social, de mudanças estruturais.

Por outro lado, LULA foi o candidato dos que não estavam satisfeitos com a mudança ocorrida, seja por que a viam como um engodo, seja por que a consideravam insuficiente. Além disso, para muitos, FHC não era o candidato capaz de produzir as transformações que desejavam, principalmente em função das alianças sobre as quais construíra sua candidatura. Para os que preferiam LULA, sua combatividade, sua trajetória de luta e de superação das condições adversas, tanto em sua vida privada quanto pública, o qualificavam melhor para liderar o país na direção de mudanças sociais efetivas. Pesavam também, nesse sentido, sua opção político-partidária e a identificação como alguém “do povo”.

Como vimos, foram construídas representações dos dois candidatos cujos elementos foram identificados tanto no discurso da população, em entrevistas de rua, quanto no discurso do principal jornal da cidade. No entanto, a maneira como foram colocados e a avaliação desses conjuntos de dados “objetivos” variou de acordo com referenciais valorativos que, de certa forma, produzem derivações a partir das representações compartilhadas por todos, ou seja, representações que contêm elementos gerais mas que apresentam especificidades por subgrupo, dependendo dos sentimentos dos entrevistados em relação ao candidato. Assim, a combatividade, o “comunismo” ou o “socialismo” de LULA tanto podiam se constituir em justificativa de preferência como de rejeição. O mesmo acontecia com sua “origem humilde”, que podia ser traduzida para “despreparo” ou, ao contrário, para “competência” (por ter “subido na vida” e “chegado até onde chegou saindo do nada”). Da mesma forma, a associação de FHC com “as elites” se constituía num motivo de rejeição para os mais politizados (pró-esquerda), mas poderia ter uma conotação positiva para outros, sendo traduzida como “educado”, “preparado”, “competente”, ou, até mesmo, como “alguém que vai saber se portar ‘lá fora’, não vai nos envergonhar”...

Se tivéssemos nos limitado ao conceito de opinião não teríamos chegado a tal análise. Poderíamos afirmar, talvez, que “tantos por cento”

votariam em LULA porque desejavam “mudar” e outros “tantos por cento” votariam em FHC porque ele foi o “pai do Real”, além de umas outras tantas conclusões desse tipo. A utilização da Teoria das Representações Sociais nos permite conceber as opiniões como dimensões observáveis dessas “teorias práticas” que utilizamos para nos orientar na vida cotidiana. Nesse contexto, o que os entrevistados e o jornal forneceram a nós, pesquisadores, não foram “apenas” opiniões a serem analisadas quantitativamente através das técnicas estatísticas ou a serem associadas para formar uma “imagem” dos presidenciáveis. Eles nos forneceram indícios, pistas, acerca das “teorias práticas” que embasaram o comportamento político do eleitorado nas eleições presidenciais de 1994.

Ao analisar e interpretar os resultados da pesquisa no quadro referencial da Teoria das Representações Sociais, tanto os dados sobre a “opinião pública” florianopolitana quanto a imagem dos dois presidenciáveis veiculada através do jornal, foram encarados como elementos para o resgate das representações sociais de ambos junto ao segmento do eleitorado estudado, ou seja, como componentes (in)formativos e, ao mesmo tempo, expressivos dessas representações. Para tanto, complementamos o trabalho inicial com uma análise quanti-qualitativa do discurso das duas fontes, identificando o que era compartilhado e buscando articular esses fatores num quadro compreensivo, ou seja, uma “teoria prática” sobre cada um dos candidatos.

Essas “teorias práticas”, contudo, não surgem do nada, nem “de dentro” das pessoas, nem lhes são impostas “de fora para dentro”. São construídas coletivamente, através das comunicações nas relações sociais, em todos os seus níveis. A propaganda e os meios de comunicação de massa desempenham um papel importantíssimo nesse processo, mas não têm o seu controle absoluto. No processo eleitoral, por exemplo, cada elemento de informação publicamente veiculado sobre os candidatos será ou não incorporado às teorias sobre eles, dependendo das suas possibilidades de “ancoragem” em relação à rede representacional pré-existente. A forma como será incorporado, a conotação afetivo-valorativa de que se revestirá no nível das subjetividades, também não podem ser totalmente controladas por qualquer mecanismo conhecido de influência social. Tanto isso é verdade que, mesmo nas situações em que estados totalitários tinham o controle absoluto dos meios de comunicação social e

da propaganda além dos meios de repressão e coação –, os movimentos de resistência sobreviveram, e floresceram quando as circunstâncias sócio-históricas se modificaram a seu favor.

Considerações finais

Este texto foi escrito com o objetivo de, em primeiro lugar, sugerir que a incorporação de um novo aporte teórico-metodológico – como a Teoria das Representações Sociais – pode enriquecer as possibilidades de investigação do comportamento político. Tanto a incorporação quanto a construção de novas perspectivas teóricas são necessidades para o desenvolvimento da Psicologia Política e para a compreensão do comportamento político, em geral. A possibilidade de aprofundar nosso conhecimento, não apenas indo além de, mas reinterpretando o que temos chamado de “opinião pública” à luz desses avanços e da perspectiva crítica oferece a possibilidade de um salto qualitativo para a Psicologia Política, pois acena para o resgate do sujeito político, capaz de pensar criticamente as relações de poder na sociedade em que vive e de articular-se com outros para transformá-la.

Em segundo lugar, teve a finalidade de enfatizar a questão da diferença entre os aportes tradicional e crítico em Psicologia Social – e, por extensão, em Psicologia Política – para lembrar (nunca é demais!) que apenas o segundo é compatível com a perspectiva assumida pela ABRAPSO, que justificou sua criação e legítima sua existência.

Finalmente, foi inspirado pela expectativa de chamar a atenção para essa sub-área da Psicologia Social que apenas começa a despertar o interesse dos pesquisadores brasileiros.

Referências bibliográficas

- ADORNO, T.W.; FRENKEL-BRUNSWICK, E.; LEVINSON, O.J.; SANFORD, R.N. *La Personalidad Autoritaria*. Buenos Aires, Proyección; 1950/1965.
- ARDILA, R. Political Psychology; the Latin-American perspective. *Political Psychology*, v. 17, n. 2, p.339-51, jun. 1996.

DEUTSCH, M. Qué es la Psicología Política? *Revista Internacional de Ciências Sociais*, UNESCO, n. 96, 1983.

LE BON, Gustave. *Psychologie des Foules*. Paris, Presses Universitaires de France. 1895/1947.

_____. *Les Opinions et les Croyances*. Paris, Ernest Flammarion, 1919.

MONTERO, M. Political Psychology in Latin America. In: HERMANN, M. G. (Ed.) *Political Psychology*. San Francisco, Jossey-Bass, 1990.

MOSCOVICI, S. The Phenomenon of Social Representation. In: FARR, R.; MOSCOVICI, S. (Eds.) *Social Representations*. Londres, Academic Press, 1984.

_____. *Psicologia Social*. Barcelona, Paidós, 1986.

PENNA, A. G. *Introdução à Psicologia Política*. Rio de Janeiro, Imago, 1995.

PONTE DE SOUZA, F. Histórias Inacabadas; um ensaio de Psicologia política. Maringá, E DUEM, 1994.

SÁ, Celso Pereira. Representações Sociais; o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.) *O Conhecimento no Cotidiano*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

SEARS, David O. Political Behavior. In: LINDZEY, G.; ARONSON, E. (Eds.) *Handbook of Social Psychology*. 2ª ed. Massachusetts, Addison-Wesley, 1969.

VALA, J. Representações Sociais; para uma psicologia social do pensamento social. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Coord.). *Psicologia Social*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.